CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino autorizou operação contra Mario Frias cinco dias antes do afastamento do diretor da PF; veja detalhes da decisão

Investigação aponta Frias como “agente central” em repasses de R$ 645,4 mil à empresa ligada à produtora de Dark Horse

Fonte original: Ric.com.br. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Ric.com.br (ric.com.br)
Autor	Jessica Ibrahin
Data de publicação	10/09/2026 13:51
URL original	https://ric.com.br/justica/dino-autorizou-operacao-contra-frias-antes-de-afastamento-na-pf/
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, André Feldman, Débora Gomes Feldman, Flávio Dino, Jair Bolsonaro, André Mendonça
Organizações	Polícia Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Fastfuture Tecnologias Emergentes, Academia Nacional de Cultura (ANC), Complexsys, Supremo Tribunal Federal, Instituto Super Poder Educacional Ltda
Data da coleta	10/10/2026 01:01
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 05:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

- André Feldman
- Débora Gomes Feldman
- Complexsys Apoio Administrativo Ltda.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Ric.com.br

RESUMO

Além de Mário Frias, Dino autorizou buscas contra 29 pessoas e diversas empresas em investigação que teve origem em auditoria da CGU(Fotos: Agência Brasil) A decisão de Dino foi divulgada nesta quinta-feira (10), mesmo dia em que a Polícia Federal deflagrou a operação. Diante desse conjunto de elementos, Dino autorizou a realização de buscas contra pessoas físicas e jurídicas apontadas no pedido da Polícia Federal.

A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a operação Make Up, descreve indícios de um suposto esquema envolvendo recursos públicos, empresas e pessoas ligadas à produção do filme “Dark Horse”, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A autorização foi assinada em 3 de setembro, antes do afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, determinado pelo ministro André Mendonça na terça-feira (8).

Além de Mário Frias, Dino autorizou buscas contra 29 pessoas e diversas empresas em investigação que teve origem em auditoria da CGU(Fotos: Agência Brasil)

A decisão de Dino foi divulgada nesta quinta-feira (10), mesmo dia em que a Polícia Federal deflagrou a operação. A ação cumpriu mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal e teve entre os alvos o deputado federal Mario Frias (PL-SP) e a empresária Karina Ferreira da Gama, responsável pela produção de “Dark Horse”.

Segundo a investigação da PF, Mario Frias seria um “agente central” do esquema investigado. A apuração teve origem em uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a aplicação de emendas parlamentares.

O que motivou a operação autorizada por Dino?

De acordo com a investigação, o ICB (Instituto Conhecer Brasil), presidido por Karina Gama, recebeu R$ 2 milhões por meio de duas emendas destinadas por Mario Frias.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

A PF também identificou o repasse de R$ 645,4 mil feito por Frias à Go Up Entertainment, empresa ligada a Karina Gama. Segundo os investigadores, o deputado tinha rendimentos mensais de R$ 44.008,52 no período analisado. A movimentação, conforme a apuração, coloca “em questão o lastro financeiro” para sustentar os repasses realizados à empresa.

A investigação, no entanto, não afirma que os recursos das emendas parlamentares tenham sido usados para financiar “Dark Horse”. Também não aponta que o filme faça parte da suposta organização criminosa. A relação apresentada pelos investigadores envolve a produtora da obra, pessoas e empresas que são alvo da apuração e as movimentações financeiras identificadas.

Na decisão, Dino reproduziu a avaliação da investigação sobre a circulação dos recursos:

“Essa circulação de recursos entre o parlamentar, a entidade executora, a empresa contratada e outra organização beneficiária não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas. Ao contrário, evidencia um circuito financeiro fechado, característico de estruturas destinadas à circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação”, diz a investigação.

Suspeitas envolvem recursos públicos e empresas no exterior

A decisão aponta que a apuração não se limita à análise de possíveis desvios de recursos públicos. Entre os crimes investigados estão fraude em procedimentos de contratação, falsidade documental, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Dino afirma que os elementos reunidos pela PF indicam uma estrutura financeira considerada sofisticada, com circulação de recursos entre diferentes entidades, empresas e pessoas físicas.

"A investigação apura possíveis crimes envolvendo desvio de recursos públicos federais, fraude em procedimentos de contratação, falsidade documental, lavagem de dinheiro e organização criminosa, em contexto marcado pela movimentação de valores expressivos e pela utilização de múltiplas pessoas jurídicas inter-relacionadas. Os elementos já produzidos revelam a existência de sofisticada estrutura financeira e operacional destinada à circulação de recursos entre entidades, empresas e pessoas físicas vinculadas ao núcleo investigado, havendo, inclusive, notícias da utilização de empresas sediadas no exterior, como é o caso da Go Up Entertainment LLC."

Decisão de Dino cita possível manipulação de documentos

Outro ponto considerado relevante pelo ministro foi a suspeita de que documentos tenham sido manipulados após o início das diligências policiais e das auditorias.

Segundo Dino, a possibilidade de alteração ou produção posterior de documentos justificaria a necessidade de novas buscas para preservar elementos que poderiam ser relevantes para a investigação.

"A relevância cautelar desses fatos é ainda maior porque os indícios de manipulação documental surgiram justamente após a deflagração da operação policial e durante o desenvolvimento das atividades de auditoria, revelando dinâmica investigativa em evolução e sugerindo a existência de comunicações, arquivos eletrônicos, versões de documentos, registros de edição e armazenamentos em nuvem produzidos posteriormente à primeira diligência. Em outras palavras, parte relevante da prova procurada sequer existia ou não era conhecida quando da busca realizada em junho de 2026"

Dino aponta risco de novos crimes

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Na decisão, o ministro também afirma que as condutas investigadas poderiam estar relacionadas a desvios de recursos públicos e a possíveis fraudes em processos de contratação.

"Observa-se, portanto, que as condutas empreendidas por agentes públicos e empresários investigados orquestrados em organização criminosa ensejam ainda a consumação de desvios de recursos públicos, caracterizando o crime de frustrar o caráter competitivo de processos licitatórios de maneira contumaz, sem falar no risco da perpetração de práticas criminosas ainda mais gravosas, como peculato, corrupção passiva e ativa.

Diante desse conjunto de elementos, Dino autorizou a realização de buscas contra pessoas físicas e jurídicas apontadas no pedido da Polícia Federal.

Quem são os alvos da Operação Make Up?

Entre as pessoas físicas citadas no pedido de busca e apreensão estão:

Mário Luis Frias

Karina Ferreira da Gama

Raphael Augusto Azevedo

Ademar de Sena Sampaio

André Feldman

Débora Gomes Feldman

William Silva Ferreira

Alexleandro Bispo dos Santos

Dayvid Moreira Medeiros

Daywson Moreira Medeiros

Georgia Helena Medeiros Lira

Heric Fabiano Dias

Luiza Tessari Rocha Dias

Pamella Cristiane Dias

Ana Patrícia Aguiar dos Santos

Marcos Lima dos Santos

Francelino Aparecido Barreto Pereira

Fábio Lago Meirelles

Diego Aguilera Martinez

Catia Regina Peinado

Kayo Henrique Azevedo

Rudyge Alex Scatolini Boldrini

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Wemerson Marinho da Gama

Marcello Machado

Vanderlei Magalhães Natividade

Bruno Cassimiro da Silva

Anna Karolina de Oliveira Silva

Luiz Claudio Faria Velloso

André Velloso Belleza Cortes

Também aparecem no pedido de busca e apreensão as seguintes pessoas jurídicas:

Instituto Conhecer Brasil

Academia Nacional de Cultura (ANC)

Go Up Entertainment Ltda.

GO7 Assessoria, Produção e Marketing Cultural Ltda.

Complexsys Apoio Administrativo Ltda.

Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda.

Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda.

Urban Connect Serviços e Tecnologia

JP Grass Tecnologia e Soluções Empresariais Ltda.

MTS Assessoria e Consultoria Ltda.

Mídia Imports Locação Ltda.

Recovery Black Intermediação e Consultoria Ltda.

Dinâmica Editora e Distribuidora de Livros Ltda.

Editora e Distribuidora de Livros HD Cultural Ltda.

Mecla Editorial Ltda.

Instituto Super Poder Educacional Ltda. (Superleitores)

NTT Brasil Ltda.

Ana Patrícia Aguiar dos Santos Cometa Livraria

Continua Educação e Negócios Ltda.

LF&P Consulting Apoio Administrativo Ltda.

Aguilera Martinez Sociedade Individual de Advocacia

Estratégia Comunicações Ltda.

Marcelo Machado 7 Com Ltda.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

RVZ Consultoria Ltda.

Jair Bolsonaro | Supremo Tribunal Federal - STF | andré mendonça | flávio dino

Fonte original: https://ric.com.br/justica/dino-autorizou-operacao-contra-frias-antes-de-afastamento-na-pf/ · Coletado em 10/10/2026 01:01 · Gerado em 29/11/2026 00:09

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.